



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

Avenida André Araújo, nº 200 - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - [www.tre-am.jus.br](http://www.tre-am.jus.br)

### TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

#### 1. OBJETO

Contratação de serviço comum - não continuados - referentes a impressão de material em lona vinílica para sinalização e decoração do Centro de Divulgação das Eleições Municipais 2024 - CDE, dividido em duas partes (1º Turno e 2º Segundo Turno, se houver), abrangendo serviços diversos, destinados a atender às necessidades deste Tribunal, conforme especificações e quantitativos constantes do Anexo I deste Termo de Referência, a ser instalado no Auditório do Prédio anexo ao prédio sede do TRE/AM, Av. André Araújo, s/n - Aleixo, Manaus - AM. A escolha deve se dar por item constante do anexo supramencionado, cada um fazendo jus a um contrato.

A contratação fundamenta-se na necessidade de sinalizar e decorar o espaço que abrigará autoridades e profissionais de imprensa, realizando entrevistas coletivas, das 7hs da manhã até o final da apuração total dos votos no dia do pleito do primeiro turno e, caso seja necessário, no segundo turno das Eleições de 2024.

A escolha da contratada deverá ser feita por dispensa de licitação, preferencialmente sem a fase de dispensa eletrônica, dada a exiguidade do tempo disponível.

#### 2. ORÇAMENTO ESTIMATIVO

A despesa com a execução do objeto desta licitação foi definida a partir de pesquisa realizada pela unidade deste tribunal competente para tal. A finalidade do contrato deverá ser de fornecer os serviços descritos, com cotação para o primeiro e, se houver, o segundo turno. Os valores estimados tanto obedecem ao limite imposto pela Lei 14.133/2021 quanto ao limite por dotação, que totaliza R\$11.804,10.

Por se tratar de estimativas, e do contrato visar atendimento por demanda, as quantidades e valores não constituem, em hipótese alguma, compromissos futuros para o TRE/AM, razão pela qual não poderão ser exigidos nem considerados como quantidades e valores para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades do TRE/AM, sem que isso justifique qualquer indenização à CONTRATADA.

#### 3. PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**3.1** Após a assinatura do contrato, a ASCOM fornecerá à Contratada, a arte final, através de mídia gravada ou por e-mail, os arquivos em PDF, para a confecção dos impressos em lona (faixa, banners, backdrop e assemelhados), bem como o croqui com as dimensões dos locais onde será instalado o Centro de Divulgação das Eleições.

**3.2** A estrutura descrita neste Termo de Referência deverá estar montada na antevéspera do primeiro turno e, caso necessite, realizada manutenção para o segundo Turno, se houver.

#### **4. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

A estrutura deverá ser montada no auditório do Anexo ao Prédio sede do TRE-AM em Manaus, bem como em sala no mesmo andar, a ser indicada pela ASCOM/TRE-AM.

#### **5. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Ação: Pleitos

Natureza de despesa: 33.90.39.63 (serviços gráficos)

#### **6. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Assessoria de Comunicação.

#### **7. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA**

Assessoria de Comunicação.

#### **9. DISPOSIÇÕES GERAIS**

Os significados dos termos utilizados na presente especificação são os seguintes:

- a) CONTRATANTE: União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas;
- b) CONTRATADA: Licitante vencedora do certame licitatório, a quem será adjudicado o objeto desta licitação, após a assinatura do contrato;
- c) FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO: servidor formalmente designado para acompanhar a execução dos serviços terceirizados de natureza continuada que tenham sido contratados; e
- d) GESTORA DO CONTRATO: unidade do TRE/AM, vinculada ou não ao objeto do contrato, responsável pela fiscalização da documentação comprobatória da Contratada.

#### **10. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

Os interessados em participar do processo de dispensa que tenha por fim a contratação do serviço objeto deste Termo de Referência deverão satisfazer as seguintes condições mínimas de regularidade fiscal, de capacidade técnica e de habilitação:

**10.1.** Tratar-se de empresa regularmente estabelecida e devidamente autorizada a atuar no ramo do objeto deste Termo de Referência, verificado mediante consulta ao registro das atividades econômicas constantes em seu Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, devendo, para tanto, apresentar o comprovante de inscrição e de situação cadastral perante a Receita Federal, devidamente atualizado.

**10.2.** Estar em pleno gozo da capacidade de contratar com a Administração Pública Federal, em conformidade com os ditames da Lei nº 14.133/2021, bem como da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014.

**10.3.** Apresentar no mínimo 1 (um) atestado emitido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, que comprove a regular execução de serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência. Tal atestado deverá ser comprovado com documento público, tal como nota fiscal de serviço.

**10.4.** A comprovação do preenchimento das condições para participação poderá ser efetuada mediante consulta ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo Federal – SICAF, ou apresentação das certidões e documentação pertinentes.

**10.5.** Declarar, com base nas disposições do edital de licitação, o cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, conforme prescreve o art. 68, VI, da lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021;

**10.6.** Declarar, com base nas disposições do edital de licitação, a inexistência de fato superveniente impeditivo à sua habilitação no certame;

**10.7.** Declarar, com base nas disposições do edital de licitação, a conformidade com as especificações do objeto do certame decorrente deste termo de referência;

**10.8.** Declarar, de que não possui empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-AM (artigo 3º da Resolução n. 7/2005, do Conselho Nacional de Justiça), alterada pela Resolução n. 09, de 06 de dezembro de 2005; ou que estejam impedidos nos termos do art. 4º da Resolução CNJ n.º 156/2012.

**10.9** Ter estrutura sediada no município de Manaus, ou ainda, na área metropolitana de Manaus, por ocasião da contratação.

## **11. REGRAS PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

**11.1.** A proposta deverá ser apresentada via email seaq@tre-am.jus.br.

**11.2.** A Contratada deverá designar, por ocasião da contratação, preposto que ficará responsável pelo atendimento das demandas da Contratante.

**11.5** Os preços propostos deverão contemplar todos os custos necessários à realização dos serviços e bens produzidos, tais como, materiais, mão de obra, impostos, taxas, transporte, frete.

**11.6** Não serão pagas despesas relativas a fretes e transporte de forma separada para entrega e/ou montagem de qualquer dos itens.

## **12. REGRAS GERAIS DE POSTURA E REQUISITOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A Prestação de serviço compreenderá:

**12.1** Instalação de material impresso em lona vinílica, fornecido e instalado pela Contratada, a saber, faixa na mesa onde ficarão os entrevistados, banner na área interna do auditório e dentro da sala onde será servido o buffet, backdrop no hall de entrada, todos de acordo com arquivos entregues à contratada pela ASCOM.

## **13. DEVERES DA CONTRATADA**

**13.1.** Executar os serviços de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência.

**13.2.** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o **TRE-AM**.

**13.3.** Comunicar ao gestor, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessários.

**13.4.** Manter supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com a contratante.

**13.5.** Zelar pela qualidade do serviço prestado, indicando as falhas eventuais imediatamente após sua verificação.

**13.6.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros estabelecidos, em observância às normas regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.

**13.7.** Responsabilizar-se por todo o tipo de transporte, descarregamento e instalação do material entregue.

**13.8.** Responsabilizar-se, sem ônus adicional para o **TRE-AM**, pelas despesas decorrentes da entrega do material, bem pelas eventuais perdas e/ou danos decorrentes de operações de carga, descarga e instalação.

**13.9.** Obrigar-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

**13.11.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do presente Contrato, conforme dispõe o art. 121 da Lei n. 14.133/2021.

## **14. DEVERES DA CONTRATANTE**

**14.1.** Acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço, mediante a indicação de servidor especialmente designado como gestor do contrato.

**14.2.** Documentar quaisquer ocorrências havidas.

**14.3.** Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela **CONTRATADA**.

**14.4.** Fornecer as especificações referentes à prestação do serviço, esclarecendo quaisquer dúvidas referentes a estas.

**14.5.** Permitir o acesso dos funcionários da **CONTRATADA**, sobretudo do preposto, às suas dependências, desde que devidamente identificados, para entrega e instalação de material, bem como para a prestação do serviço.

**14.6.** Efetuar o pagamento pelos serviços efetivamente prestados no prazo e nas condições estipuladas, em conformidade com as normas de execução financeira e orçamentária.

## **15. PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO**

**15.1.** O TRE-AM efetuará o pagamento dos serviços por meio de crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, mediante Ordem Bancária, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir do registro do atesto das Notas Fiscais.

**15.2.** Para fazer jus ao pagamento dos serviços devidamente contratados e efetivamente executados, a contratada deverá entregar à Assessoria de Comunicação - ASCOM, juntamente com as notas fiscais, os seguintes documentos obrigatórios:

**15.3.** RECIBO regularmente assinado; e

**15.4.** Declaração a que se refere o art. 3º, XI, da Instrução Normativa SRF n. 480, de 15 de dezembro de 2004 (Simples Nacional), caso a empresa seja optante pelo SIMPLES.

**15.5.** A regularidade junto à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), à Fazenda Federal e à Justiça Trabalhista, será consultada no momento da formalização da solicitação de liquidação de despesa, e caso a empresa não esteja regular, deverá ser comunicada do fato, e a liquidação permanecerá no aguardo da regularização, sem que ocorram ônus para a Administração decorrentes do não pagamento até que a empresa regularize a sua situação perante os institutos citados.

**15.6.** O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta comercial da empresa, na nota de empenho e no termo de contrato.

**15.7.** O servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal, para atestar a prestação dos serviços e encaminhá-la para liquidação e pagamento.

## **16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes de eventual contratação correrão à conta da Ação Pleitos – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa

## **17. PENALIDADES NO CASO DE DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

**17.1.** A CONTRATADA, em conformidade com o art. 7º da Lei n. 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º da referida Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais, assegurado o direito à ampla defesa, se:

- 1 Recusar-se, injustificadamente, a celebrar o contrato, se convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 2 Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;
- 3 Ensejar o retardamento na execução do objeto do contrato;
- 4 Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- 5 Comportar-se de modo inidôneo;
- 6 Cometer fraude fiscal ou apresentar declaração falsa;

## 7 Falhar ou fraudar na execução do objeto do Contrato.

**17.2.** No caso de atraso injustificado, inexecução total ou parcial na execução do contrato, a **CONTRATADA** sujeitar-se-á, garantido o regular processo administrativo, às seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida, em atendimento aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, as quais serão aplicadas pela autoridade competente:

**17.2.1 Multa de mora**, no percentual de 1% (um por cento) ao mês, aplicada *pro rata die* sobre o preço total do contrato, a ser aplicada nos casos de atraso injustificado na execução dos serviços;

**17.2.2 Multa por inexecução parcial, no percentual de 10% (dez por cento)** sobre o preço total do contrato, a ser aplicada pela execução em desacordo com este Termo de Referência;

**17.2.3 Multa por inexecução total, no percentual de 10% (dez por cento)**, sobre o preço total do contrato, a ser aplicada nos casos de descumprimento total das disposições do contrato.

**17.3.** A sanção prevista no item "2.1" poderá ser aplicada cumulativamente com a penalidade prevista no item "2.2".

**17.4.** As sanções previstas no item 2 poderão ser cumuladas com as sanções previstas no item 1.

**17.5.** Decairá o direito à contratação para aquele que, convocado no decurso do prazo de validade de sua proposta e conforme o prazo estabelecido no instrumento convocatório, injustificadamente, não assinar o termo de contrato sujeitando-se às sanções do item 2.1.

**17.6.** As multas, após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

**17.7.** Na impossibilidade de implementar o item anterior, o **CONTRATANTE** emitirá Guia de Recolhimento da União (GRU) no valor correspondente à multa, cujo pagamento deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a regular notificação, sob pena de cobrança judicial.

## 18. DISPOSIÇÕES FINAIS

**18.1.** Considerar-se-á atraso injustificado a entrega e montagem de materiais efetuada após o prazo fixado no item 3 deste Termo de Referência.

**18.2.** Na hipótese de atraso injustificado na entrega dos materiais, o disposto no subitem anterior será desconsiderado para fins de contagem dos dias de atraso.

**18.3.** Não haverá prorrogação de prazo para entrega e montagem de equipamentos ou materiais impressos ou para a prestação do serviço.

**18.5.** Aos recursos administrativos, aplicam-se, subsidiariamente, as normas da Lei n. 14.133/2021.

**18.6.** O **TRE-AM** informará à contratada qualquer decisão decorrente de requerimentos apresentados, bem como de decisões relativas à aplicação das sanções previstas neste Termo, do que será comunicada da abertura de prazo para apresentação de recurso.

**18.7.** Constituem fases para a aplicação das sanções previstas: a notificação, a defesa prévia, o recurso, a decisão referente ao recurso e a execução.

**ANEXO I - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS**

Item	Tipo de serviço ou produto	Especificações detalhadas	Unidade	Quantidade Estimada	ESTIMATIVA	
					Menor Preço	Preço Total
1	Instalação de material gráfico	Fornecimento e Instalação de 2 banners, 2 backdrops, e 1 faixa em lona vinil 340g, com impressão digital a base de solvente, 4/0, de acordo com arquivos fornecidos pelo TRE-AM. Os porta-banners e estruturas necessárias à instalação serão fornecidas pela contratada. CATSER: 17906	unidade	5		
TOTAL para o 1º Turno						R\$
TOTAL para o 2º Turno						R\$
TOTAL ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO				R\$		

**ANEXO II - MODELO DE ATESTADO (OU DECLARAÇÃO) DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos (ou declaramos) que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida no (a) \_\_\_\_\_, executa (ou executou) serviços de \_\_\_\_\_ para este órgão (ou para esta empresa).

Atestamos (ou declaramos), ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor



Documento assinado eletronicamente por **FABIO REIS BOTELHO**, Técnico Judiciário, em 25/09/2024, às 13:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-am.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-am.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0000322804** e o código CRC **A1BA5F18**.

Processo nº 0015550-78.2024.6.04.0000

Número Geral: 0000322804 versão: 2